



REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

ANOTADO E COMENTADO

2010

Marcelo Magalhães Peixoto

COORDENADOR

José Ribamar Barros Penha
Raquel do Amaral de Oliveira Santos
Cláudio de Andrade Camerano
Celia Maria de Souza Murphy
Edmar Oliveira Andrade Filho
Gilson Wessler Michels

MP
EDITORA

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B83r
5.ed.

Brasil. [Regulamento do imposto de renda (2010)]
Regulamento do imposto de renda 2010: anotado e comentado / Marcelo Magalhães Peixoto; José Ribamar Barros Penha... [et al.]. - 5.ed. - São Paulo : MP Ed., 2010.

ISBN 978-85-7898-008-5

1. Imposto de renda - Legislação - Brasil. I. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971-. II. Penha, José Ribamar Barros. II. Título.

CDU: 34:336.226.1(81)(094.58)

Capa
Veridiana Gomes Freitas

Revisão gráfica
Mônica Aparecida Guedes

Editoração
Monica Aparecida Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2010
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6º andar
01402-000 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISBN 978-85-7898-008-5

COORDENADOR

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP
Bacharel em Direito e Contabilista
Membro do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo – TIT
Presidente-Fundador da Associação Paulista de Estudos Tributários – APET
Membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO

OS AUTORES

JOSÉ RIBAMAR PENHA (Arts. 1º a 145)

Auditor da Secretaria da Receita Federal do Brasil
Ex-Presidente da 6ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes
Bacharel em direito e em administração de empresas
Pós-graduado em direito tributário – Universidade Católica de Brasília
Pós-graduado em legislação e técnicas aduaneiras – FGV-RJ
Professor universitário

RAQUEL DO AMARAL DE OLIVEIRA SANTOS (Arts. 146 a 298)

Advogada em São Paulo
Mestra em Direito Tributário pela PUC/SP
Membro do Conselho Consultivo da APET

CLÁUDIO DE ANDRADE CAMERANO (Arts. 299 a 461)

Auditor da Secretaria da Receita Federal do Brasil
Presidente da 3ª Turma de Julgamento da DRJ/Florianópolis/SC
Ex-Chefe do SERCO – Serviço de Julgamento de Processos Fiscais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuições Sociais

CELIA MARIA DE SOUZA MURPHY (Arts. 462 a 619)

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Mestranda em direito tributário pela PUC-SP
Especialista em direito tributário pelo IBET/SP
Membro da Equipe de Orientação e Consulta da Divisão de Tributação da SRRF/8ª RF, na área de Imposto de Renda Pessoa Jurídica
Instrutora de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na Escola de Administração Fazendária – ESAF

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE FILHO (Arts. 620 a 786)

Advogado em São Paulo

Doutor em direito pela PUC-SP

Membro benemérito e professor dos cursos da APET

GILSON WESSLER MICHELS (Arts. 787 a 1004)

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Presidente da Quarta Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal
do Brasil de Julgamento em Florianópolis/SC

Professor de Direito Tributário e Processo Administrativo Fiscal

ÍNDICE

LIVRO I. TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS	30
Título I. Contribuintes e responsáveis	30
Subtítulo I. Contribuintes	30
Capítulo I. Pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil	30
Capítulo II. Pessoas físicas domiciliadas ou residentes no exterior	34
Capítulo III. Disposições especiais	38
Seção I. Rendimentos de menores e outros incapazes	38
Seção II. Rendimentos na constância da sociedade conjugal	40
Seção III. Dissolução da sociedade conjugal	44
Seção IV. União estável	45
Seção V. Espólio	46
Seção VI. Bens em condomínio	52
Seção VII. Transferência de residência para o exterior	54
Seção VIII. Transferência de residência para o Brasil	58
Seção IX. Servidores de representações estrangeiras e de organismos internacionais	60
Subtítulo II. Responsáveis	65
Capítulo I. Responsabilidade dos sucessores	65
Capítulo II. Responsabilidade de terceiros	67
Capítulo III. Responsabilidade de menores	70
Título II. Domicílio fiscal	71
Capítulo I. Domicílio da pessoa física	71
Capítulo II. Contribuinte ausente do domicílio	74
Capítulo III. Transferência de domicílio	74
Capítulo IV. Residentes ou domiciliados no exterior	75
Título III. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas	76
Capítulo I. Obrigatoriedade de inscrição	76
Capítulo II. Menção obrigatória do número de inscrição	79
Capítulo III. Obrigatoriedade de apresentação do Cartão de Identificação do Contribuinte	80
Título IV. Rendimento bruto	82
Capítulo I. Disposições gerais	82
Capítulo II. Rendimentos isentos ou não-tributáveis	85
Seção I. Rendimentos diversos	85
Seção II. Amortização de ações	135
Seção III. Incorporação de reservas ou lucros ao capital	136
Seção IV. Disposições transitórias	138

Capítulo III. Rendimentos tributáveis	138
Seção I. Rendimentos do trabalho assalariado e assemelhados	138
Seção II. Rendimentos do trabalho não-assalariado e assemelhados	169
Seção III. Rendimentos de aluguel e <i>royalty</i>	180
Seção IV. Rendimentos de pensão judicial	189
Seção V. Outros rendimentos	191
Seção VI. Rendimentos recebidos acumuladamente	211
Seção VII. Rendimentos da atividade rural	217
Subseção I. Definição	218
Subseção II. Arrendatários, condôminos e parceiros	222
Subseção III. Formas de apuração	227
Subseção IV. Receita bruta	231
Subseção V. Despesas de custeio e investimentos	234
Subseção VI. Resultado da atividade rural	239
Subseção VII. Compensação de prejuízos	242
Subseção VIII. Apuração do resultado tributável	244
Seção VIII. Atualização monetária dos rendimentos	250
Título V. Deduções	250
Capítulo I. Disposições gerais	250
Capítulo II. Dedução mensal do rendimento tributável	253
Seção I. Contribuição previdenciária	253
Seção II. Despesas escrituradas no livro caixa	258
Seção III. Dependentes	267
Seção IV. Pensão alimentícia	272
Seção V. Proventos e pensões de maiores de 65 anos	276
Capítulo III. Dedução na declaração de rendimentos	279
Seção I. Despesas médicas	279
Seção II. Despesas com educação	284
Seção III. Contribuições aos fundos de aposentadoria	289
Título VI. Base de cálculo do imposto na declaração	292
Título VII. Cálculo do saldo do imposto	299
Capítulo I. Apuração anual do imposto	300
Capítulo II. Deduções do imposto apurado	311
Seção I. Incentivos às atividades culturais ou artísticas	311
Seção II. Incentivos às atividades audiovisuais	317
Seção III. Doações a fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	320
Capítulo III. Imposto pago no exterior	322
Capítulo IV. Prazo de recolhimento	326
Título VIII. Do recolhimento mensal obrigatório	329
Capítulo I. Incidência	329

Capítulo II. Base de cálculo	334
Capítulo III. Apuração do imposto	335
Capítulo IV. Prazo para recolhimento	338
Título IX. Do recolhimento complementar	339
Capítulo I. Base de cálculo	340
Capítulo II. Apuração da complementação	341
Capítulo III. Compensação do imposto	342
Título X. Tributação definitiva	342
Capítulo I. Ganhos de capital na alienação de bens ou direitos	342
Seção I. Incidência	342
Seção II. Não incidência e isenção	357
Seção III. Valor de alienação	367
Seção IV. Custo de aquisição	373
Subseção I. Bens ou direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1991	373
Subseção II. Bens ou direitos adquiridos no período de 1º de janeiro de 1992 até 31 de dezembro de 1995	379
Subseção III. Bens adquiridos após 31 de dezembro de 1995	391
Subseção IV. Custo na alienação de imóvel rural	400
Subseção V. Programa nacional de desestatização	403
Seção V. Apuração do ganho de capital	403
Seção VI. Cálculo do imposto e prazo de recolhimento	412
Capítulo II. Devolução de patrimônio de entidade isenta	414
Capítulo III. Bens repatriados	415
Capítulo IV. Operações financeiras nos mercados de renda variável	416
LIVRO II. TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS	416
Título I. Contribuintes e responsáveis	416
Subtítulo I. Contribuintes	416
Capítulo I. Pessoas jurídicas	418
Capítulo II. Empresas individuais	422
Seção I. Caracterização	422
Seção II. Empresas individuais imobiliárias	431
Subseção I. Caracterização	431
Subseção II. Início da equiparação	436
Subseção III. Determinação do resultado	438
Subseção IV. Término da equiparação	440
Capítulo III. Imunidades, isenções e não incidências	441
Seção I. Disposições gerais	441
Seção II. Imunidades	445
Seção III. Suspensão da imunidade	455

Seção IV. Isenções	459
Subseção I. Sociedades beneficentes, fundações, associações e sindicatos	459
Subseção II. Entidades de previdência privada	462
Subseção III. Empresas estrangeiras de transportes	465
Subseção IV. Associações de poupança e empréstimo	465
Subseção V. Sociedades de investimento	465
Subseção VI. Isenções específicas	466
Subseção VII. Reconhecimento da isenção	466
Seção V. Sociedades cooperativas	467
Capítulo IV. Microempresa e empresa de pequeno porte optantes pelo Simples	473
Seção I. Tratamento tributário	476
Seção II. Base de cálculo e determinação do valor devido	476
Seção III. Data e forma de pagamento	525
Seção IV. Declaração anual simplificada, escrituração e documentos	525
Seção V. Opção pelo Simples	526
Seção VI. Vedação à opção	526
Seção VII. Exclusão do Simples	530
Seção VIII. Atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação	532
Seção IX. Omissão de receita	532
Seção X. Acréscimos legais	532
Seção XI. Excesso de receita no decurso do ano-calendário	533
Seção XII. Rendimentos distribuídos aos sócios e ao titular	533
Subtítulo II. Responsáveis	534
Capítulo I. Responsabilidade dos sucessores	534
Capítulo II. Responsabilidade de terceiros	540
Título II. Domicílio fiscal	544
Título III. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	546
Título IV. Determinação da base de cálculo	552
Subtítulo I. Disposições gerais	552
Capítulo I. Base de cálculo	553
Capítulo II. Período de apuração	555
Seção I. Apuração trimestral do imposto	555
Seção II. Apuração anual do imposto	559
Subseção I. Pagamento por estimativa	559
Subseção II. Base de cálculo	562
Subseção III. Alíquota do imposto e adicional	571
Subseção IV. Deduções do imposto mensal	571
Subseção V. Suspensão, redução e dispensa do imposto mensal	572
Subseção VI. Deduções do imposto anual	574
Seção III. Opção da forma de pagamento	575

Seção IV. Início do negócio	576
Seção V. Transformação e continuação	576
Seção VI. Incorporação, fusão e cisão	576
Seção VII. Liquidação e extinção	581
Seção VIII. Devolução de capital em bens e direitos	582
Seção IX. Devolução de patrimônio de entidade isenta	582
Subtítulo II. Preços de transferência	582
Capítulo I. Receitas oriundas de exportação para o exterior	582
Capítulo II. Bens, serviços e direitos adquiridos no exterior	588
Capítulo III. Apuração dos preços médios	596
Capítulo IV. Juros a pessoas vinculadas	597
Capítulo V. Pessoa vinculada – conceito	599
Capítulo VI. Países com tributação favorecida	600
Subtítulo III. Lucro real	603
Capítulo I. Determinação	603
Seção I. Disposições gerais	603
Seção II. Conceito de lucro real	607
Seção III. Conceito de lucro líquido	609
Seção IV. Ajustes do lucro líquido	610
Capítulo II. Escrituração do contribuinte	614
Seção I. Dever de escriturar	614
Seção II. Livros comerciais	626
Seção III. Livros fiscais	627
Seção IV. Conservação de livros e comprovantes	636
Seção V. Sistema escritural eletrônico	640
Seção VI. Responsáveis pela escrituração	642
Seção VII. Princípios, métodos e critérios	642
Seção VIII. Inobservância do regime de competência	644
Seção IX. Demonstrações financeiras	646
Capítulo III. Demonstração do lucro real	646
Capítulo IV. Verificação pela autoridade tributária	646
Capítulo V. Lucro operacional	647
Seção I. Disposições gerais	647
Seção II. Lucro bruto	647
Subseção I. Disposições gerais sobre receitas	647
Subseção II. Omissão de receita	648
Subseção III. Custo dos bens ou serviços	675
Subseção IV. Critérios para avaliação de estoques	685
Seção III. Custos, despesas operacionais e encargos	687
Subseção I. Disposições gerais	687

Subseção II. Depreciação de bens do ativo imobilizado	711
Subseção III. Depreciação acelerada incentivada	724
Subseção IV. Amortização	739
Subseção V. Exaustão de recursos minerais	749
Subseção VI. Exaustão de recursos florestais	751
Subseção VII. Provisões	752
Subseção VIII. Perdas no recebimento de créditos	758
Subseção IX. Tributos e multas por infrações fiscais	769
Subseção X. Fundo de garantia do tempo de serviço	775
Subseção XI. Despesas de conservação de bens e instalações	775
Subseção XII. Juros sobre o capital	778
Subseção XIII. Despesas com pesquisas científicas ou tecnológicas	787
Subseção XIV. Aluguéis, <i>royalties</i> e assistência técnica, científica ou administrativa	789
Subseção XV. Contraprestações de arrendamento mercantil	796
Subseção XVI. Remuneração dos sócios, diretores ou administradores e titulares de empresas individuais e conselheiros fiscais e consultivos	816
Subseção XVII. Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa	820
Subseção XVIII. Serviços assistenciais e benefícios previdenciários a empregados e dirigentes	821
Subseção XIX. Planos de poupança e investimento – PAIT	823
Subseção XX. Fundo de aposentadoria programada individual – FAPI	823
Subseção XXI. Prejuízos por desfalque, apropriação indébita e furto	823
Subseção XXII. Contribuições e doações	824
Subseção XXIII. Despesas de propaganda	826
Subseção XXIV. Formação profissional	828
Subseção XXV. Alimentação do trabalhador	828
Subseção XXVI. Vale-transporte	828
Subseção XXVII. Operações de caráter cultural e artístico	829
Subseção XXVIII. Atividade audiovisual	829
Seção IV. Outros resultados operacionais	830
Subseção I. Receitas e despesas financeiras	830
Subseção II. Variações monetárias	836
Subseção III. Rendimentos de participações societárias	849
Subseção IV. Investimento em sociedades ligadas ou controladas avaliado pelo valor de patrimônio líquido	850
Subseção V. Subvenções e recuperações de custo	877
Subseção VI. Prejuízo na alienação de ações, títulos ou quotas de capital	879
Capítulo VI. Disposições especiais sobre atividades e pessoas jurídicas	879

Seção I. Atividades exercidas no exterior	879
Seção II. Pessoas jurídicas estrangeiras	892
Seção III. Empresas em Zona de Processamento de Exportação – ZPE	893
Seção IV. Exploração de películas cinematográficas estrangeiras	894
Seção V. Empresas de navegação marítima e aérea	895
Seção VI. Companhias de seguros, capitalização e entidades de previdência privada	895
Seção VII. Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – reestruturação, reorganização ou modernização	896
Seção VIII. Atividade rural	896
Seção IX. Contratos a longo prazo	904
Seção X. Compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	911
Seção XI. Arrendamento mercantil	917
Seção XII. Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	917
Capítulo VII. Resultados não operacionais	918
Seção I. Ganhos e perdas de capital	918
Subseção I. Disposições gerais	918
Subseção II. Vendas a longo prazo	925
Subseção III. Ganhos em desapropriação	925
Subseção IV. Perdas na alienação de bens tomados em arrendamento mercantil pelo vendedor	927
Subseção V. Resultado na alienação de investimento	927
Subseção VI. Perdas na alienação de bens e valores oriundos de incentivos fiscais	928
Subseção VII. Participação extinta em fusão, incorporação ou cisão	929
Subseção VIII. Programa nacional de desestatização	933
Seção II. Reavaliação de bens	934
Subseção I. Reavaliação de bens do permanente	934
Subseção II. Reavaliação na subscrição de capital ou valores mobiliários	942
Subseção III. Reavaliação na fusão, incorporação ou cisão	943
Seção III. Contribuições de subscritores de valores mobiliários	944
Seção IV. Subvenções para investimento e doações	946
Seção V. Concessionárias de serviços públicos de energia elétrica	951
Seção VI. Capital de seguro por morte de sócio	951
Capítulo VIII. Correção monetária das demonstrações financeiras	951
Seção I. Vedação a partir de 1º de janeiro de 1996	951
Seção II. Lucro inflacionário acumulado até 31 de dezembro de 1995	951
Subseção I. Disposições gerais	951
Subseção II. Realização do lucro inflacionário	952
Seção III. Disposições transitórias	959

Subseção I. Correção monetária complementar IPC/BTNF	959
Subseção II. Correção dos valores registrados no Livro de Apuração do Lucro Real	965
Subseção III. Disposições diversas	966
Subseção IV. Correção especial do ativo permanente	966
Capítulo IX. Lucro distribuído e lucro capitalizado	968
Seção I. Participações	968
Subseção I. Participações dedutíveis	968
Subseção II. Participações não dedutíveis	977
Seção II. Lucros distribuídos disfarçadamente	982
Subseção I. Cômputo na determinação do lucro real	999
Subseção II. Lançamento de ofício	999
Capítulo X. Programas especiais de exportação – BEFIEX	1000
Capítulo XI. Incentivos a atividades culturais ou artísticas	1006
Capítulo XII. Incentivos à atividade audiovisual	1057
Capítulo XIII. Incentivo a programas de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário	1089
Seção I. Programas Setoriais Integrados – PSI	1089
Seção II. Programas de desenvolvimento tecnológico industrial – PDTI, aprovados até 3 de junho de 1993	1091
Subseção I. Disposições gerais	1091
Subseção II. Depreciação acelerada	1093
Subseção III. Amortização acelerada	1093
Subseção IV. Dedução do imposto de renda	1094
Subseção V. Crédito de imposto na fonte sobre <i>royalties</i> , assistência técnica, científica e assemelhadas	1096
Subseção VI. Limite para dedução de <i>royalties</i> de assistência técnica, científica e assemelhadas	1098
Subseção VII. Disposições finais	1099
Seção III. Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, aprovados a partir de 3 de junho de 1993	1099
Capítulo XIV. Compensação de prejuízos fiscais	1132
Subtítulo IV. Lucro presumido	1171
Capítulo I. Pessoas jurídicas autorizadas a optar	1171
Capítulo II. Ganhos de capital e outras receitas	1291
Capítulo III. Deduções do imposto	1312
Capítulo IV. Obrigações acessórias	1316
Capítulo V. Omissão de receita	1318
Subtítulo V. Lucro arbitrado	1322

Capítulo I. Hipóteses de arbitramento	1322
Capítulo II. Base de cálculo	1356
Capítulo III. Ganhos de capital e outras receitas	1389
Capítulo IV. Omissão de receitas	1402
Capítulo V. Disposições diversas	1404
Capítulo VI. Deduções do imposto	1405
Título V. Alíquotas e adicional	1408
Subtítulo I. Alíquotas gerais	1408
Subtítulo II. Adicional	1409
Título VI. Isenções, reduções e deduções do imposto	1412
Subtítulo I. Lucro da exploração	1412
Capítulo I. Conceito	1412
Capítulo II. Distribuição do valor do imposto	1430
Subtítulo II. Isenções ou reduções	1432
Capítulo I. Isenção ou redução do imposto como incentivo ao desenvolvimento regional	1432
Seção I. Incentivos fiscais às empresas instaladas na área da SUDENE	1432
Subseção I. Isenção e redução do imposto	1432
Subseção II. Redução do imposto	1483
Seção II. Incentivos fiscais às empresas instaladas na área da SUDAM	1499
Subseção I. Isenção e redução do imposto	1499
Subseção II. Redução do imposto	1550
Seção III. Empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás	1566
Capítulo II. Redução do imposto como incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos	1568
Seção I. Disposições gerais	1568
Seção II. Empresas beneficiadas	1572
Seção III. Ampliação de empreendimentos	1573
Seção IV. Demonstração do lucro do empreendimento	1574
Seção V. Percentuais de redução	1576
Seção VI. Reconhecimento do direito à redução	1577
Seção VII. Certificado de redução	1578
Seção VIII. Destinação do valor da redução	1579
Capítulo III. Incentivos a empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores nas regiões norte, nordeste e centro-oeste	1580
Seção I. Isenção e redução do imposto	1580
Seção II. Destinação do valor da isenção	1581
Seção III. Condicionamento da isenção	1581
Subtítulo III. Deduções do imposto	1582

Capítulo I. Incentivos à participação em programas voltados ao trabalhador	1582
Seção I. Programas de alimentação do trabalhador	1582
Subseção I. Dedução do imposto devido	1582
Subseção II. Despesas abrangidas pelo incentivo	1597
Subseção III. Contabilização	1603
Subseção IV. Descumprimento do programa	1603
Subseção V. Pessoa jurídica instalada na área de atuação da SUDENE ou da SUDAM	1604
Seção II. Vale-transporte	1611
Capítulo II. Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente	1611
Capítulo III. Aplicação do imposto em investimentos regionais	1616
Seção I. Disposições gerais	1616
Subseção I. Opção na declaração	1616
Subseção II. Fundos de investimentos	1624
Subseção III. Limites das aplicações	1628
Subseção IV. Procedimentos de aplicação	1634
Seção II. Dedução do imposto para investimento na área da SUDENE	1660
Seção III. Dedução do imposto para investimento na área da SUDAM	1665
Seção IV. Depósitos para reinvestimento	1668
Seção V. Dedução do imposto para investimento na área do Estado do Espírito Santo	1679
Seção VI. Pessoas jurídicas excluídas do gozo dos incentivos	1679
Capítulo IV. Disposições diversas	1684
Seção I. Restrição ao gozo dos incentivos	1684
Subseção I. Mora contumaz no pagamento de salários	1684
Subseção II. Danos à qualidade ambiental	1685
Subseção III. Seguridade social	1686
Subseção IV. Perda dos benefícios fiscais	1686
Seção II. Indicação da isenção ou redução na declaração de rendimentos	1690

LIVRO III. TRIBUTAÇÃO NA FONTE E SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS 1701

Título I. Tributação na fonte 1701

Capítulo I. Rendimentos sujeitos à tabela progressiva	1701
Seção I. Incidência	1701
Seção II. Rendimentos do trabalho	1713
Subseção I. Trabalho assalariado	1713
Subseção II. Trabalho não-assalariado	1717
Seção III. Rendimentos de aluguéis e <i>royalties</i>	1720
Seção IV. Rendimentos diversos	1724
Subseção I. Rendimentos pagos por entidades de previdência privada	1724

Subseção II. Resgates do Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI	1729
Subseção III. Rendimentos de partes beneficiárias	1730
Subseção IV. Sócios ou titular de microempresa e empresa de pequeno porte, optantes pelo Simples	1730
Subseção V. Remunerações, gratificações e participações dos administradores	1731
Subseção VI. Décimo terceiro salário	1731
Subseção VII. Outros rendimentos	1733
Seção V. Rendimentos recebidos acumuladamente	1735
Seção VI. Deduções	1738
Subseção I. Disposições gerais	1738
Subseção II. Dependentes	1738
Subseção III. Pensões alimentícias	1740
Subseção IV. Contribuições previdenciárias	1742
Subseção V. Proventos de aposentadoria e pensões de maiores de 65 anos	1744
Seção VII. Base de cálculo do imposto	1746
Capítulo II. Rendimentos de pessoas jurídicas sujeitos a alíquotas específicas	1746
Seção I. Rendimentos de serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas	1746
Seção II. Mediação de negócios, propaganda e publicidade	1758
Seção III. Pagamentos a cooperativas de trabalho e associações profissionais ou assemelhadas	1761
Seção IV. Pagamentos efetuados por órgãos públicos federais	1762
Capítulo III. Rendimentos de participações societárias	1767
Seção I. Lucro real	1767
Subseção I. Lucros apurados a partir de 1º de janeiro de 1996	1767
Subseção II. Lucros apurados nos anos-calendário de 1994 e 1995	1769
Subseção III. Lucros apurados no ano-calendário de 1993	1775
Subseção IV. Lucros apurados no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992	1775
Seção II. Lucro presumido	1776
Subseção I. Resultados apurados a partir de 1º de janeiro de 1996	1776
Subseção II. Resultados apurados no ano-calendário de 1995	1779
Subseção III. Resultados apurados até 31 de dezembro de 1994	1779
Seção III. Lucro arbitrado	1780
Subseção I. Resultados apurados a partir de 1º janeiro de 1996	1780
Subseção II. Lucros apurados até 31 de dezembro de 1995	1781
Seção IV. Juros sobre o capital próprio	1782
Seção V. Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	1784

Capítulo IV. Rendimentos diversos	1785
Seção I. Omissão de receita	1785
Seção II. Pagamento a beneficiário não identificado	1787
Seção III. Remuneração indireta paga a beneficiário não identificado	1789
Seção IV. Loterias	1791
Seção V. Títulos de capitalização	1796
Seção VI. Proprietários e criadores de cavalos de corrida	1797
Seção VII. Rendimentos pagos a pessoas jurídicas por sentença judicial	1797
Seção VIII. Multas por rescisão de contratos	1798
Capítulo V. Rendimentos de residentes ou domiciliados no exterior	1799
Seção I. Contribuintes	1799
Seção II. Rendimentos, ganhos de capital e demais proventos	1804
Subseção I. Incidência	1804
Subseção II. Isenções e reduções	1821
Subseção III. Lucros ou dividendos	1841
Subseção IV. Lucros de pessoas jurídicas estrangeiras apurados	1842
Subseção V. Lucros ou dividendos doados a instituições sem fins lucrativos	1843
Subseção VI. Capitalização de lucros	1844
Seção III. Operações financeiras	1845
Seção IV. Rendimentos de financiamentos	1845
Subseção I. Incidência	1845
Subseção II. Isenções e reduções	1848
Seção V. Outros rendimentos de capital	1850
Subseção I. Rendimentos de imóveis	1850
Subseção II. Películas cinematográficas	1851
Seção VI. Rendimentos de serviços	1853
Subseção I. Serviços técnicos e assistência técnica e administrativa	1853
Subseção II. Remuneração de direitos, inclusive transmissão por meio de rádio ou televisão	1860
Subseção III. <i>Royalties</i>	1861
Subseção IV. Fretes internacionais	1863
Seção VII. Disposições diversas	1864
Capítulo VI. Retenção e recolhimento	1866
Seção I. Retenção do imposto	1866
Seção II. Prazos de recolhimento	1875
Título II. Tributação das operações financeiras	1875
Subtítulo I. Mercado de renda fixa	1875
Capítulo I. Disposições gerais	1875
Capítulo II. Incidência	1878
Seção I. Base de cálculo	1884

Seção II. Retenção do imposto	1885
Seção III. Responsável	1887
Seção IV. Mútuo e operação vinculada com ouro, ativo financeiro	1888
Capítulo III. Fundos de investimento, clubes de investimento e outros	
da espécie-renda fixa	1890
Seção I. Normas gerais	1890
Seção II. Incidência e base de cálculo	1891
Seção III. Retenção e recolhimento do imposto	1902
Seção IV. Isenções e dispensa de retenção	1903
Subtítulo II. Mercado de renda variável	1904
Capítulo I. Fundos de investimento, clubes de investimento e outros	
da espécie-ações	1904
Seção I. Normas gerais	1904
Seção II. Incidência e base de cálculo	1905
Seção III. Retenção e recolhimento do imposto	1906
Seção IV. Isenções e dispensa de retenção	1915
Capítulo II. Fundos de investimento cultural e artístico – FICART	1916
Seção I. Rendimentos distribuídos	1916
Seção II. Alienação e resgate de quotas	1917
Seção III. Operações da carteira	1917
Seção IV. Retenção do imposto	1917
Capítulo III. Fundos de investimento imobiliário	1917
Seção I. Rendimentos e ganhos líquidos auferidos e distribuídos	1917
Seção II. Alienação ou resgate de quotas	1920
Seção III. Retenção do imposto e obrigações da administradora do fundo	1920
Capítulo IV. Operações de <i>swap</i>	1921
Capítulo V. Compensação de perdas	1924
Capítulo VI. Das operações em bolsa ou fora de bolsa	1925
Seção I. Incidência	1925
Seção II. Mercados à vista	1933
Seção III. Mercados de opções	1938
Seção IV. Mercados futuros	1940
Seção V. Mercados a termo	1941
Seção VI. Perdas em <i>day trade</i>	1942
Capítulo VII. Certificados de investimento em atividade audiovisual	1945
Subtítulo III. Das disposições comuns à tributação das operações de renda fixa e de renda variável	1945
Capítulo I. Identificação do beneficiário	1945
Capítulo II. Tratamento dos rendimentos, ganhos líquidos e perdas	1946
Seção I. Rendimentos e ganhos líquidos	1946
Seção II. Indedutibilidade de perdas em <i>day-trade</i>	1947

Seção III. Limitação na compensação de perdas	1948
Capítulo III. Tratamento do imposto	1949
Capítulo IV. Dispensa de retenção na fonte e de pagamento do imposto sobre ganhos líquidos	1951
Capítulo V. Associações de poupança e empréstimo	1952
Capítulo VI. Isenções e não-incidências	1953
Subtítulo IV. Da tributação das operações financeiras realizadas por residentes ou domiciliados no exterior	1956
Capítulo I. Normas gerais	1956
Seção I. Representante legal	1959
Seção II. Fundos de conversão	1960
Capítulo II. Investimentos sujeitos a regime especial	1961
Capítulo III. Responsáveis pela retenção e pagamento do imposto	1963

LIVRO IV. ADMINISTRAÇÃO DO IMPOSTO **1965**

Título I. Lançamento	1965
Capítulo I. Declaração de rendimentos	1965
Seção I. Declaração das pessoas físicas	1965
Subseção I. Declaração de rendimentos anual	1965
Subseção II. Declaração de bens ou direitos	1980
Subseção III. Origem dos recursos	1985
Seção II. Declaração das pessoas jurídicas	1986
Subseção I. Instrução da declaração	1991
Subseção II. Disposições diversas	1997
Subseção III. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica inapta	1999
Seção III. Disposições comuns	1999
Capítulo II. Retificação da declaração	2002
Capítulo III. Revisão da declaração	2006
Capítulo IV. Do lançamento do imposto	2007
Seção I. Disposições gerais	2007
Seção II. Pessoas físicas	2008
Seção III. Pessoas jurídicas	2008
Seção IV. Lançamento de ofício	2008
Subseção I. Procedimentos para o lançamento	2013
Subseção II. Bases do lançamento	2022
Subseção III. Sinais exteriores de riqueza	2025
Subseção IV. Falta de emissão de documentos fiscais	2027
Subseção V. Depósitos bancários	2027
Subseção VI. Juros dissimulados	2036

Título II. Crédito tributário	2036
Capítulo I. Pagamento do imposto	2036
Seção I. Disposições especiais para as pessoas físicas	2036
Seção II. Disposições especiais para as pessoas jurídicas	2040
Subseção I. Prazos de pagamento	2040
Subseção II. Vencimento antecipado	2042
Seção III. Disposições especiais sobre imposto de renda na fonte	2043
Seção IV. Disposições comuns	2044
Subseção I. Meios de pagamento	2044
Subseção II. Lugar de pagamento	2044
Subseção III. Arrecadação do imposto	2045
Capítulo II. Medidas de defesa do crédito tributário	2045
Seção I. Atualização dos créditos	2047
Seção II. Débitos fiscais do falido	2048
Seção III. Liquidação extrajudicial	2048
Seção IV. Prova de quitação	2049
Subseção I. Casos em que será exigida	2049
Subseção II. Dispensa da prova de quitação	2050
Seção V. Espólio	2051
Seção VI. Contribuintes em mora	2051
Capítulo III. Da compensação	2053
Seção I. Compensação espontânea pelo contribuinte	2053
Seção II. Compensação requerida pelo contribuinte	2054
Seção III. Compensação pela autoridade administrativa	2059
Seção IV. Disposições gerais	2060
Capítulo IV. Da restituição	2060
Seção I. Pedido de restituição	2060
Seção II. Valor da restituição	2062
Seção III. Espólio	2062
Capítulo V. Decadência e prescrição	2063
Seção I. Decadência	2063
Seção II. Prescrição	2076
Seção III. Não-fluência de prazo	2077
Título III. Controle dos rendimentos	2078
Capítulo I. Fiscalização do imposto	2078
Seção I. Competência	2078
Seção II. Denúncia de terceiros	2082
Seção III. Concessão de prazo para pagamento espontâneo	2082
Seção IV. Ação fiscal	2083
Seção V. Embaraço e desacato	2085

Seção VI. Suspensão da imunidade e de isenção	2086
Seção VII. Regimes especiais de fiscalização	2086
Seção VIII. Da prova	2087
Seção IX. Auto de infração	2089
Capítulo II. Obrigatoriedade de prestar informações	2097
Seção I. Prestação de informações à secretaria da receita federal	2097
Subseção I. Disposições gerais	2097
Subseção II. Beneficiários de contribuições	2103
Subseção III. Órgãos da administração pública	2103
Subseção IV. Serventuários da justiça	2103
Seção II. Prestação de informações ao beneficiário	2104
Subseção I. Beneficiário pessoa física	2104
Subseção II. Beneficiário pessoa jurídica	2104
Subseção III. Disposições comuns	2105
Título IV. Penalidades e acréscimos moratórios	2105
Capítulo I. Disposições gerais	2105
Capítulo II. Pagamento ou recolhimento fora dos prazos	2106
Seção I. Cálculo dos juros e multa de mora	2106
Seção II. Multa de mora	2106
Seção III. Juros de mora	2107
Capítulo III. Multas de lançamento de ofício	2109
Seção I. Agravamento de penalidade	2111
Seção II. Redução da penalidade	2116
Capítulo IV. Infrações às disposições referentes à declaração de rendimentos	2116
Capítulo V. Infrações às normas relativas à prestação de informações	2121
Capítulo VI. Casos especiais de infração	2123
Seção I. Programas especiais de exportação	2123
Seção II. Incentivo aos programas de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário	2123
Seção III. Incentivo à atividade audiovisual	2123
Seção IV. Incentivo a atividade cultural ou artística	2124
Seção V. Microempresa e empresa de pequeno porte	2124
Seção VI. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	2124
Seção VII. Proibição de distribuir rendimentos de participações	2124
Seção VIII. Serventuários da Justiça	2125
Seção IX. Instituições financeiras, bolsas de valores e assemelhadas	2126
Seção X. Falta imputável a funcionário público	2127
Seção XI. Arquivos em meios magnéticos	2127
Seção XII. Falsificação na escrituração e documentos	2128

Título V. Crime de falsidade	2130
Título VI. Extinção da punibilidade	2130
Título VII. Crimes praticados por funcionários públicos	2131
Título VIII. Disposições diversas	2131
Capítulo I. Competência das autoridades	2131
Capítulo II. Reconhecimento de firmas	2132
Capítulo III. Representação do contribuinte	2133
Capítulo IV. Direito de petição do contribuinte	2135
Capítulo V. Intimações ou notificações	2139
Capítulo VI. Contagem dos prazos	2140
Capítulo VII. Expressão monetária dos rendimentos	2142
Capítulo VIII. Tratados e convenções	2142
Capítulo IX. Sigilo fiscal	2142
Capítulo X. Controle de processos e declarações	2146
Capítulo XI. Disposição transitória	2148
Capítulo XII. Vigência	2148
Índice Onomástico	2149



APRESENTAÇÃO

A obra *Regulamento do Imposto de Renda, comentado e anotado – APET* foi idealizada durante a implantação do curso de Especialização em Imposto de Renda das Empresas da APET – único no Brasil, atingindo grande sucesso, completando seu terceiro ano, atualmente na quinta turma.

Este audacioso projeto enfrentou em seu início grandes dificuldades, pois era necessário contar com uma equipe de autores **competentes e experientes** e com **disponibilidade de tempo** para comentar todos os 1.004 artigos que fazem parte do RIR.

Felizmente, no início de 2006, mais precisamente em março, conseguimos reunir autores de peso. O objetivo apresentado a eles era de comentar e anotar o RIR em 6 meses – meta nada fácil, mas eles a atingiram.

O livro é uma ferramenta indispensável para contadores, auditores, advogados, fiscais da Secretaria da Receita Federal, magistrados e todos os profissionais que militam na área tributária, ou seja, os que em suas atividades lidam com o Imposto sobre a Renda das pessoas físicas e jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro.

SOBRE A ESTRUTURA DO RIR DA APET/2010, 5ª EDIÇÃO – SUCESSO CONSOLIDADO

Ampliada, a 5ª edição do RIR – APET/2010 – vem atualizada com a legislação tributária de 2010, com novos comentários doutrinários e jurisprudência mais recente.

Nesta edição, todos os autores trouxeram valiosas contribuições para os leitores, com a atualização de cada uma das partes, apresentando tanto as normas a serem adotadas em 2010 referentes ao Imposto de Renda, como também as decisões e instruções de fins de 2009 e início de 2010.

O RIR da APET possui um diferencial que as demais obras do gênero não têm, ou seja, quem compra o referido livro ganha uma espécie de assinatura virtual que garante o acesso às atualizações do regulamento, além de ter todo o conteúdo por meio eletrônico.

Para ter acesso ao RIR eletrônico e atualizado, basta adquirir a obra física, e entrar no site www.apet.org.br/rir e se cadastrar.

A senha para acesso a todo o conteúdo estará nas páginas do livro RIR 2010, vale dizer que só quem adquirir a obra poderá acessar o conteúdo eletrônico.

As anotações e comentários a cada artigo do RIR trazem à colação a legislação tributária relacionada (Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Decretos, Portarias Ministeriais, Interministeriais, Instruções Normativas, Atos Declaratórios, Pareceres Normativos, Portarias, Ordens de Serviços e demais atos normativos pertinentes à matéria); a jurisprudência administrativa (Decisões do Conselho de Contribuintes – atual CARE, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Solução de Consultas, Solução Cosit, Decisões Normativas); e a jurisprudência judicial sobre os temas (decisões do STE, STJ, TRFs, TJ).

DA DIVISÃO DOS TRABALHOS

Ao Dr. José Ribamar Penha, ex-presidente da 6ª turma do Primeiro Conselho de Contribuintes, coube a parte relativa às pessoas físicas. Devido à sua experiência de vários anos no CC, o professor Penha realizou um trabalho primoroso.

A professora de Especialização em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica da APET, minha amiga, Dra. Raquel do Amaral Santos, ficou responsável pelos arts. 147 a 298. Sua experiência como advogada de grandes empresas foi fundamental para o excelente resultado das anotações e comentários.

O Auditor da Secretaria da Receita Federal, Cláudio de Andrade Camerano, presidente da 3ª Turma de Julgamento da DRJ/Florianópolis, trabalhou nos arts. 299 a 461. Com a experiência de quem chefiou a SERCO – Serviço de Julgamento de Processos Fiscais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuições Sociais –, trouxe grande contribuição ao nosso RIR.

A Auditora da Receita Federal, Celia Maria de Souza Murphy, desenvolveu as anotações e comentários aos arts. 462 a 620, sendo sua experiência na Receita Federal primordial. Cumpre salientar que Celia é co-autora do livro *Processo administrativo de consulta tributária*, publicado pela MP Editora.

Ao meu amigo, Dr. Edmar Oliveira Andrade Filho, tributarista reconhecido em todo o Brasil, membro benemérito da APET e autor experiente sobre Imposto de Renda, couberam os artigos relativos à tributação na fonte e sobre operações financeiras (arts. 621 a 786).

Gilson Wessler Michels, Auditor da Receita Federal, ficou com a parte de “Administração do Imposto”, ou seja, os arts. 787 a 1004.

E coube a mim a honra de coordenar e organizar todo o RIR da APET/2010, desejando que esta apresentação indicasse parte do orgulho e da satisfação de verificar o resultado final de tão importante obra.

Este foi o fruto de muito trabalho e dedicação, e nosso objetivo é que atenda às necessidades de seus leitores. É com alegria que comunico que os adquirentes do livro também terão acesso ao seu conteúdo no *site* da APET (www.apet.org.br/rir).

20 de fevereiro de 2010

Marcelo Magalhães Peixoto

Presidente da APET – Associação Paulista de Estudos Tributários